

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i25.592>***NASCIMENTO MORAES E SEU PENSAMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO COM AS ESCOLAS PARA CRIANÇAS POBRES^{1,2}******NASCIMENTO MORAES AND HIS INCLUSIVE EDUCATIONAL THINKING WITH SCHOOLS FOR POOR CHILDREN******NASCIMENTO MORAES Y SU PENSAMIENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO CON LAS ESCUELAS PARA NIÑOS POBRES*****MARILÉIA DOS SANTOS CRUZ**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
 Professora Associada do Curso de Pedagogia-CCSST-ITZ,
 Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
 Imperatriz/Maranhão/Brasil.
euluena@hotmail.com

Resumo: O professor e jornalista negro José do Nascimento Moraes destacou-se escrevendo crônicas, contos e poesias nos principais jornais maranhenses da primeira metade do século XX. Era um defensor da promoção da escolarização para os pobres e constantemente debatia os problemas políticos, sociais e educacionais maranhenses. Foi o inspirador da criação das “escolas dos pés descalços”. Essa escola era destinada a crianças extremamente pobres que poderiam frequentar as aulas com qualquer roupa e até descalças. Nascimento Moraes deve ser caracterizado como um intelectual da educação, já que na sua trajetória profissional deixou vasta contribuição sobre temáticas relativas ao campo. Por muitas vezes, fez uso do espaço da imprensa para denunciar a precariedade da instrução pública maranhense e divulgar ideias pedagógicas, dando ênfase, principalmente, à defesa da educação popular. Ele defendia o rompimento com a sociedade organizada por castas sociais, especializada em distribuir os melhores espaços sociais aos membros das elites econômicas.

Palavras-chave: Professor negro. Escolarização de pobres. História da educação maranhense.

Abstract: The teacher and black journalist José do Nascimento Moraes stood out by writing chronicles, short stories and poems in the main newspapers of the first half of the 20th century in Maranhão. He was a champion of the promotion of schooling for the poor and constantly debated the political, social and educational problems of Maranhão. He was the inspiration behind the creation of "barefoot schools". This school was intended for extremely poor children who could attend classes in any outfit and even barefoot. Nascimento Moraes must be characterized as an intellectual of education, since in his professional trajectory he left a vast contribution on themes related to the field. For many times he made use of the press space to denounce the precariousness of public education in Maranhão and to disseminate pedagogical ideas, emphasizing, mainly, the defense of popular education. He advocated the break with society organized by social castes, specialized in distributing the best social spaces to members of the economic elites.

Keywords: Black teacher. Schooling of the poor. History of Maranhão education.

¹ Artigo submetido à avaliação em dezembro de 2017 e aprovado para publicação em junho de 2018.

² O presente texto originou-se do estudo de Pós-doutorado denominado *Escola para os “pés descalços”*: estudo histórico sobre a inclusão escolar de pobres efetivada no Maranhão durante o governo de Getúlio Vargas, realizado na UNESP-Araraquara, sob a supervisão da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, no período de 2013 a 2014. Atualmente, o estudo sobre Nascimento Moraes está sendo continuado por meio da pesquisa *O pensamento pedagógico do professor José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX*, contemplado com financiamento FAPEMA – UNIVERSAL n. 149815-2017.

Resumen: El profesor y periodista negro José do Nascimento Moraes se destacó escribiendo crónicas, cuentos y poesías en los principales diarios del Maranhão de la primera mitad del siglo XX. Era un defensor de la promoción de la escolarización para los pobres y constantemente debatió los problemas políticos, sociales y educativos del Maranhão. Fue el inspirador de la creación de las "escuelas de los pies descalzos". Esta escuela estaba destinada a niños extremadamente pobres que podrían asistir a las clases con cualquier ropa y hasta descalzas. Nascimento Moraes debe ser caracterizado como un intelectual de la educación, ya que en su trayectoria profesional dejó vasta contribución sobre temáticas relativas al campo. A menudo hizo uso del espacio de la prensa para denunciar la precariedad de la instrucción pública del Maranhão y divulgar ideas pedagógicas, dando énfasis, principalmente, a la defensa de la educación popular. Que defendía el rompimiento con la sociedad organizada por castas sociales, especializada en distribuir los mejores espacios sociales a los miembros de las élites económicas.

Palabras clave: Profesor negro. Escolarización de pobres. Historia de la educación del Maranhão.

Introdução

O Maranhão é um dos estados brasileiros de maior contingente populacional de origem africana na sua composição étnica. O perfil afrodescendente do Maranhão pode ser visualmente identificado quando se observa a ocorrência de fenótipos e a permanência de tradições de origem africana, respectivamente, na aparência e no cotidiano da população.

A origem negra do maranhense não está presente apenas nas pessoas de baixo poder aquisitivo, ou naquelas de baixo nível de instrução, tanto no presente como no passado. Contudo, na atualidade carece-se de referências negras do passado com forte atuação no meio intelectual, que possam contribuir agregando versões que diversifiquem a compreensão dos processos de compactação da sociedade brasileira e ampliem as possibilidades de interpretar as questões do presente.

O intelectual caracteriza-se pelo exercício de produzir conhecimento e comprometer-se com os valores coletivos, engajando-se nos assuntos da vida pública. Também é “um indivíduo intrometido, curioso por natureza, que vai além, devido ao seu espírito investigador e crítico [...]”³

Negros com perfil intelectual e atuação no campo da política, da educação e da literatura em períodos mais remotos da história nacional podem ser identificados em todo país. Pessoas com trajetória escolar e profissional que se destacaram nacionalmente deixando histórias representativas são identificadas tanto no período imperial quanto no período republicano, a exemplo de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do

³ LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos, 2004, p. 17. (Coleção Aldus)

Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro.⁴ Outro importante intelectual negro foi Lima Barreto, um romancista carioca que teve a vida marcada pela denúncia do racismo e das injustiças sociais, fazendo uso da literatura e da imprensa nas primeiras décadas do século XX.⁵

A análise sobre a participação dos negros nas esferas intelectuais em tempos recuados esbarra na dificuldade imposta pela pequena incidência do registro de informações como origem e cor/raça em fontes históricas. Mesmo quando a referência é o período da escravidão, os documentos históricos quase não informam sobre a ascendência negra quando se reportam a pessoas que desfrutaram algum tipo de integração na sociedade. Isto ocorre, principalmente, porque a cor escura e a origem africana, ou a condição de escravizado, foram interpretados no Brasil como características abomináveis, quando se devia abominar o sistema que submeteu os negros a situações desumanas. Sendo assim, ao invés de haver a rejeição do sistema de escravidão, foram rejeitados os sujeitos submetidos a processos escravistas. Quando pessoas de origem africana conseguiam alcançar alguma integração na sociedade estabelecida, recebiam muitas vezes o atestado de “branquidade”⁶ e suas características físicas passavam ignoradas como mecanismo indicativo da integração social.⁷

No Maranhão, houve um importante intelectual negro que teve atuação marcante na imprensa, na política, na educação e na literatura, e deixou-nos um amplo acervo de fontes passíveis de estudos sobre as mais diversas nuances da história do Estado. Esse intelectual foi o professor e jornalista José do Nascimento Moraes,⁸ nascido em 19 de março de 1882, de um pai liberto e de uma mãe escravizada. Destacou-se escrevendo nos principais jornais maranhenses e chamou a atenção nas acirradas polêmicas revestidas de conteúdo racista que enfrentou pela imprensa com outros intelectuais procedentes de grupos privilegiados.⁹ Era um

⁴ PINTO, Ana Flávia M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Campinas, SP.

⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁶ Gilberto Freyre exemplifica o conceito de branquidade ao relatar que, quando um mulato escuro atingia determinado cargo ou grau de instrução elevado, passava a ser considerado como homem branco. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 16 ed. São Paulo: Global, 2006, p. 727.

⁷ CRUZ, Mariléia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no Século XIX*. 2008. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Araraquara, SP.

⁸ O professor José do Nascimento Moraes também foi chamado de Nascimento Moraes, nome recorrente na imprensa, com o qual ele assinava em colunas de jornais, quando não usava pseudônimo. Algumas vezes, em matérias assinadas por outros jornalistas, o segundo nome aparece grafado com i (Morais). No presente texto usaremos Nascimento Moraes para referenciar ao autor por ser o nome que ele assinava os artigos de jornal.

⁹ CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 36, p.

defensor da promoção da escola pública para os pobres e constantemente debatia os problemas políticos, sociais e educacionais maranhenses. Foi considerado o inspirador da criação de um tipo escolar exclusivo para crianças pobres, denominada de “escola dos pés descalços”, no início de 1938.

O jornalista José do Nascimento Moraes foi também professor da Escola Normal e do Liceu Maranhense. Em sua carreira de jornalista, passou grande parte da sua vida como diretor ou redator-chefe em vários jornais, nos quais apresentou uma intensa militância docente, fazendo uso do espaço da imprensa para denunciar a precariedade da instrução pública maranhense e divulgar ideias pedagógicas, dando ênfase, principalmente, à defesa da educação popular.

Atualmente, a historiografia brasileira tem sido contemplada com escritos voltados para personagens que se destacaram na história como produtores, divulgadores e realizadores de ideias em torno da melhoria ou expansão da educação, compondo um capítulo dos chamados intelectuais da educação. Segundo Magalhães e Barreto

Há, sobretudo, na historiografia brasileira, um capítulo que vem sendo escrito e que se dedica aos chamados “intelectuais da educação”. Não obstante as teorizações, o foco tem sido a história e atuação de determinados personagens que, de um modo ou de outro, deixaram contribuições singulares ou plurais no campo da educação. São sujeitos engajados com a educação pública, com métodos de ensino, com uma proposta de alfabetização ou mesmo de expansão de escolas nos seus variados níveis e objetivos. Nessa empreitada, são muitos os personagens que ganharam referências e cujos estudos vêm servindo, de maneira problematizadora, à compreensão dos fatos que compõem a malha da história da educação brasileira.¹⁰

Nascimento Moraes deve ser caracterizado como um intelectual da educação, tendo em vista que, na sua trajetória profissional, deixou vasta contribuição sobre temáticas relativas a esse campo. Sendo assim, o presente texto visa refletir sobre o pensamento educacional inclusivo do professor e jornalista Nascimento Moraes a partir de análise de artigos publicados por ele no *Imparcial* (1937, 1938) e no *Diário Oficial do Estado* (1941).

Nascimento Moraes e sua defesa do Estado Novo e dos princípios da Educação Nova

Dos quinze anos que perdurou o governo de Getúlio Vargas, pelo menos quase nove deles o Maranhão foi administrado por apenas um homem, Paulo Martins de Souza Ramos. Ele assumiu o poder de 15 de agosto de 1936, como governador constitucional, e

209-230, 2016; Id. José do Nascimento Moraes: vida de intelectual e de negro em luta contra o racismo. Resumo expandido apresentado no *IX Congresso Brasileiro de História da Educação*, João Pessoa - PB, 2017.

¹⁰ MAGALHÃES, Justino Pereira de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os intelectuais e a educação: abordagem histórica e biográfica. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 54, n. 41, p. 72, maio/ago. 2016.

permaneceu no cargo a partir de 1937, na condição de interventor federal, até o início do ano de 1945, pouco antes do final do Estado Novo.¹¹

O Governo de Paulo Ramos foi considerado “dos mais profícuos e progressistas que já desfrutou o Maranhão” depois do início da tomada do poder, no Brasil, por Getúlio Vargas¹², embora a maior parte do seu governo tenha se estendido durante a ditadura do Estado Novo. Registra-se na história desse período uma fase de modernização da paisagem urbana da capital com a construção de prédios imponentes, a exemplo do Palácio da Educação, Palácio da Justiça (Sede do poder Judiciário), do Centro de Saúde Paulo Ramos, do Hospital do Pronto Socorro, da Maternidade Benedito Leite, do Hospital Infantil, do Leprosário e da restauração da fachada do Palácio dos Leões (Palácio do Governo). Além da moderna reforma do Prédio da Biblioteca Pública Benedito Leite, construção do Palácio do Comércio, do Quartel do 24.º Batalhão de Caçadores e de várias vias de acesso entre municípios e a capital.¹³

No período do Estado Novo, Nascimento Moraes foi um defensor da ditadura varguista, sendo aliado do interventor federal Paulo Ramos. Em 1941, na qualidade de chefe da Divisão de Imprensa e Propaganda do Departamento de Imprensa, ele passou a publicar na primeira página do *Diário Oficial do Estado*. Utilizava esse espaço para propaganda do Estado Novo, das ações de Getúlio Vargas e de Paulo Ramos, além de discutir os problemas da educação maranhense. Tornou-se um grande divulgador da Escola Nova e do Estado Novo. Ele acreditava que a Escola Nova estava para a escola primária assim como a Revolução de 1930¹⁴ estava para Primeira República, e que ambas representavam a esperança para a transformação do Brasil. Embora reconhecesse que o movimento de renovação da escola primária fosse anterior ao advento da Revolução de 1930, afirmava que foi esse movimento da pedagogia moderna que preparou as condições para superação da sociedade arcaica com a República Nova.¹⁵

Atribuía ao Estado Novo o poder de transformar a realidade e acreditava que ele

¹¹ MEIRELES, M. M. *História do Maranhão*. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

¹² *Ibid.*, p. 336

¹³ *Diário Oficial*, 15 ago. 1943, p. 3-7; MEIRELES, op. cit.

¹⁴ Para o autor, assim como para outros intelectuais do seu tempo, especialmente os membros da classe média, a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930 foi considerada uma revolução. Apesar de todas as características de golpe e de ditadura, sobre esse período pairava a expectativa do rompimento com as oligarquias, o combate ao nepotismo e, contraditoriamente, a esperança do fortalecimento da democracia. Pode-se verificar o posicionamento de alguns intelectuais do Maranhão sobre o tema em uma obra de propaganda que reuniu vários autores na defesa do Estado Novo em 1938: A CONTRIBUIÇÃO maranhense para o Estado Novo. São Luís, Imprensa Oficial, 1938.

¹⁵ MORAES, N. Educação positiva. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 9, 11 jan. 1941.

consistia em um momento político adequado para realização de todas as suas aspirações por mudanças sociais, destacando, principalmente, a possibilidade de que as velhas práticas políticas da sociedade brasileira conservadora fossem definitivamente sucumbidas, em nome de outra sociedade baseada no mérito. Para ele, o Estado Novo seria uma ordem administrativa que só poderia se concretizar eficientemente se os cargos do serviço público fossem entregues nas mãos de funcionários tecnicamente preparados, aptos para os serviços do Estado Nacional, formados por uma escola (primária e secundária) de qualidade.¹⁶

Nascimento Moraes defendeu o rompimento com a sociedade organizada por castas sociais, especializada em distribuir os melhores espaços sociais aos membros das elites econômicas. Para ele, o critério de participação na sociedade produtiva deveria ser baseado no mérito alcançado por meio do estudo, conforme evidenciado no artigo denominado “A Palavra de Ordem”, publicado no *Diário Oficial* de 31 de janeiro de 1941.

Na sua concepção, o Estado Novo representava o rompimento com a histórica postura excludente assumida pelo governo, de cuidar da formação das elites intelectuais recrutadas em determinadas classes. Ele denunciava a proliferação dos cursos superiores procurados pela elite como forma de obter o título de doutor, para tirar proveito dos bons empregos públicos, enquanto as massas ficavam esquecidas.¹⁷

Observa-se que Nascimento Moraes recebia forte influência do pensamento liberal. Para os pensadores liberais, a escola consistia em uma instituição aberta e democrática cujo papel seria promover a equalização social, sendo capaz de agregar diferentes sujeitos de diversas procedências. A escola seria o lugar privilegiado para promover o desenvolvimento das aptidões, selecionando, entre os mais capazes, aqueles que deveriam originar a elite intelectual. Sendo assim, a função equalizadora determinada para a escola liberal é aquela que afirma que

O principal ideal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático a quem possui tempo e dinheiro.¹⁸

¹⁶ Cf. MORAES, N. Educação positiva, op. cit.; Id. Da boca dos pequenos sei contudo... *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 17, 21 jan. 1941; Id. Dentro do território Humano. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 24, 29 jan. 1941.

¹⁷ Cf. MORAES, N. A palavra de ordem. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 26, 31 jan. 1941.

¹⁸ CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 34.

Seu pensamento pedagógico coaduna-se com o dos pioneiros da Escola Nova que por meio do Manifesto de 1932¹⁹ defenderam a universalização da educação pública, moderna, gratuita, laica, obrigatória e organizada por meio de uma política nacional que rompesse com os privilégios econômicos.

No artigo “Da boca dos pequenos sei contudo [...]”, criticava a escola primária escassa de conhecimentos úteis e não aparelhada para estabelecer o ensino concreto e experimental, afirmando que ainda permanecia uma educação centrada nos livros, em detrimento de diversas práticas ligadas à pedagogia moderna, conforme segue transcrito:

Em lugar de caderno, do mapa, da régua, do esquadro e do transferidor_ livros! Em lugar das lições ao ar livre, ou nos gabinetes experimentais, ou nos laboratórios, preparados condicionalmente para as classes_ livros! Em lugar dos desenhos e das construções gráfica, dos passeios nos rios_ livros! Que tempo preciosos perde o educando fazendo o curso primário e o secundário, mais pela imaginação do que pela realidade.²⁰

Percebe-se a crítica da escola tradicional e a defesa da Escola Nova, a qual deveria ser organizada por meio de metodologias ativas, rompendo com a aprendizagem centrada na memorização. Em outro artigo, “Um magistério político”, ele se reportou ao analfabetismo que, segundo afirmava, tornava a população incapaz de ler e valorizar os dados estatísticos sobre a sua realidade. Defendia como necessária a reforma da escola primária e da secundária. Tal reforma deveria contemplar conteúdo da Geografia Política e da Meteorologia, voltados para a formação de educandos capazes de perceber o valor do serviço censitário e o de uma estatística. Dessa forma, a escola (primária e secundária) serviria para irradiar “[...] conhecimentos indispensáveis à base educacional para o serviço público”.²¹

A análise decadentista de Nascimento Moraes sobre o Estado do Maranhão

No período do Estado Novo, Nascimento Moraes já havia se consagrado como crítico da situação decadente do estado, tanto nos aspectos político e econômico quanto no educacional. Como mantinha boa relação com o governador Paulo Ramos, suas críticas não eram direcionadas claramente para a atualidade, recorrendo quase sempre a argumentos que

¹⁹ O Manifesto dos pioneiros foi um documento publicado em 1932, assinado por 20 intelectuais defendendo as incorporações dos princípios da educação liberal para organização do sistema de ensino brasileiro. Seus principais signatários foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Lourenço Filho. Cf. MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA: a reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo. Revista *HISTEDBR* On-line. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso: 29 maio 2017.

²⁰ MORAES. *Da boca dos pequenos sei contudo...* op. cit., p. 2.

²¹ MORAES, N. Um magistério político. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 10, p. 2, 13 jan. 1941.

demonstravam o percurso histórico que favoreceu a situação de decadência. Para ele, a raiz do problema maranhense era uma só: uma sociedade construída por uma elite política ociosa e viciada a usar o serviço público sem a devida qualificação, para seu proveito particular e para auferir benefícios aos seus parentes e amigos.

A educação escolar, sobretudo para os pobres, poderia ser a saída para o progressivo desenvolvimento, não só do Maranhão, mas do Brasil. Seus discursos críticos sobre a realidade maranhense respaldavam-se na atmosfera do pensamento decadentista²² que, após ter reconhecido uma fase de opulência na economia maranhense, iniciada no final do século XVIII, assistia à decadência de uma elite agrária e fundiária com o fim do período imperial. Segundo Lacroix, quando a economia esteve em alta, a elite maranhense recebeu uma influência muito forte da cultura francesa.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX a cidade de São Luís passou por novas mudanças em seus costumes. Habituada a frequentar as festas que se resumiam às atividades da Igreja e do Estado, a elite ludovicense mudou seus hábitos culturais, impulsionada, conforme dissemos anteriormente, pelo crescimento econômico decorrente do ciclo do algodão e do ciclo do açúcar, que lhe possibilitou um intercâmbio cultural com a Europa, particularmente com a França. Vários filhos da elite foram para a Europa realizar seus estudos. Esse intercâmbio provocou uma mudança nos costumes dos maranhenses, que influenciados pela Cidade-Luz contribuíram para a transformação de uma minoria da sociedade e introduziram costumes franceses, destacando-se o interesse pelos bons modos, pelo refinamento, pela arte, pelas letras.²³

Contudo, com a mudança do contexto econômico com libertação da escravatura, proclamação da república e queda da agroexportação, a elite maranhense entra em declínio. Será esse panorama o objeto da análise dos decadentistas maranhenses, incluindo, nesse grupo, o próprio Nascimento Moraes.

No *Diário Oficial* de 18 de fevereiro de 1941, o panorama de perda de prestígio econômico do Maranhão foi abordado por Nascimento Moraes por meio de uma breve recapitulação da história do Estado. O autor reportou-se ao período anterior à libertação da escravatura como um tempo que a rebeldia, as fugas, os crimes contra os senhores e o movimento abolicionista tornavam difíceis os dias dos escravagistas, levando à falência os

²² Corrente literária que teve início na França no final do século XIX baseada na crítica dos valores burgueses. No Maranhão, o decadentismo está relacionado ao surgimento dos Novos Atenienses; movimento literário que procurava resgatar o prestígio vivido pelo Maranhão com o mito da Atenas Brasileira. Corresponde à terceira fase da história literária maranhense, que abrange o período de 1894 a 1932. Cf. MEIRELES, 2001, p. 310-312.

²³ LACROIX, M. L., 2008 apud CARVALHO, C. de M. B. Práticas discursivas e produção de sentidos do “patrimônio”: o mito da São Luís (MA), a Atenas brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 662-673, ago./out. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/49894464-Praticas-discursivas-e-producao-de-sentidos-do-patrimonio-o-mito-da-sao-luis-ma-a-atenas-brasileira.html>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

escravocratas. Para ele, esse processo provocou a decadência das atividades rurais e o êxodo para São Luís de membros da classe que viviam da opulência e ostentação das riquezas produzidas pelo trabalho escravo. Essa população do interior, especialmente composta pelos filhos dos fazendeiros, “rapazes incapazes de trabalhar, perambulavam pelas ruas e praças [de São Luís] como se fossem estrangeiros em viagem de recreio” enquanto “a lavoura decaía”.²⁴

Ao se referir ao fim da escravidão, caracterizou a situação do Maranhão da seguinte forma

Apareceu, então, em São Luís, a epidemia do emprego público. Emprego para os fazendeiros decadentes, para seus filhos e demais parentes, todos inutilizados por uma vida de ócio [...]
 [...] Criou-se assim, um urbanismo que pesava nos cofres públicos. Morreu a excelência da vida rural. Arruinados os engenhos, pelo abandono a vida só pareceu possível na capital [...]
 Levantou-se então, uma estranha crença: ir para o interior do Estado é retrogradar, é embrutecer, é abdicar de todos os interesses da vida. É corromper a linguagem, é perder todas as normas de sociabilidade, é lutar contra as endemias reinantes e contra os vícios mais sórdidos.²⁵

Nascimento Moraes influenciado pelo “decadentismo” relacionava a origem dos problemas maranhenses à aversão ao trabalho nutrida pela elite, a qual, após a escravidão, não via outro jeito de subsistir se não fosse usurpando o Estado, agregando-se ao serviço público e aproveitando-se do tráfico de influência. Como consequência, alegava que ficaram desprezados o sertão e a baixada, tornando o interior um lugar de fato inóspito, onde só ficavam aqueles que não tinham condições de sair.

Considerava que os administradores anteriores do Estado nada fizeram pela elevação cultural e para o progresso das regiões do interior maranhense. Nas palavras de Nascimento, a consequência do abandono do interior maranhense é descrita da seguinte forma

Porque os municípios ficaram entregues a homens que não podiam trabalhar pela sua prosperidade. Faltava-lhes mentalidade e atividade dirigida no sentido de promover o bem-estar da coletividade pela saúde, pela justiça e pelo trabalho. As sedes dos municípios não foram beneficiadas, na sua maioria pelos mais rudimentares melhoramentos. Aqui e ali, de tempos em tempos, uma iniciativa particular. E a política partidária aproveitando-se desse estado de coisas.²⁶

As ações com a promoção de atendimento médico, farmácia e escola em qualquer ponto do Estado, além de estratégias para atrair para o interior profissionais que não queriam se afastar da capital eram o que Nascimento Moraes atribuía a Paulo Ramos. Ele afirmava que

²⁴ MORAES, N. O interventor Paulo Ramos e o Maranhão. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 41, p. 1-2, 18 fev. 1941.

²⁵ *Ibid.*, p. 2.

²⁶ *Ibid.*

Paulo Ramos tinha o mérito de entregar o interior do Estado aos maranhenses fazendo saber que o Maranhão não é São Luís. Aos profissionais encaminhados para o interior fazia-os compreender que “o Maranhão continental precisa de seus serviços nos municípios...”²⁷

Apesar da forte propaganda do governo de Paulo Ramos, as análises que o professor Nascimento Moraes realizava sobre as relações sociais no Maranhão nas publicações do *Diário Oficial do Estado*, em 1941, indicam a permanência de uma visão crítica sobre os problemas do estado partilhada por ele desde a sua primeira obra, *Vencidos e Degenerados*, escrito no início da sua carreira e publicado pela primeira vez em 1910.²⁸

A abordagem central da crítica de Nascimento Moraes é a desigualdade social produzida pela exclusão dos negros e pobres, para a qual o analfabetismo servia de reforço. Considerava a escolarização dos pobres, especialmente dos negros, como a chave para romper as desigualdades sociais, conforme consta no diálogo entre duas personagens²⁹ de *Vencidos e Degenerados*:

_E tem por ventura fundamento a tua persuasão? Por que te desiludiste assim tão depressa? Tão pouco tempo há decorrido! Meu João, há evoluções que duram séculos.

_Não duvido que esteja enganado; e prouvera que meu espírito se houvera empanado, quando me convenci de que tudo estava perdido. Acho que, porém, para infelicidade minha e sua, eu vi claramente os horizontes de nossa terra. Eu esperava que depois do 13 de Maio, porque trabalhei tanto; depois do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante; esperava que houvesse uma renovação social. Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho, que não esse que nos infelicita.

_Mal cuidaste, bem compreendo. Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político.

_Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder [...]”³⁰

A análise de Nascimento Moraes sobre a exclusão dos negros e a indicação da inclusão escolar como meio de resolver problemas sociais é uma interpretação compatível com a sua trajetória social desde a infância. Sua condição de pobre, negro e filho de um

²⁷ MORAES. *O interventor Paulo Ramos...* op. cit., p. 2.

²⁸ Embora o romance-crônica de Nascimento Moraes seja uma obra para qual se atribui a primeira publicação ao ano de 1915, os estudos indiciários que estamos desenvolvendo demonstram que o livro teve sua primeira publicação, pela Typografia Ramos de Almeida, em 1910, conforme pode ser conferido no *Correio da Tarde* de 30 de junho de 1910 e em VIVEIROS, J. *História do comércio do Maranhão: 1612-1890*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p. 351, v. 2.

²⁹ As personagens do diálogo são João Olivier, um mestiço jornalista que sofria perseguição pelas ideias abolicionistas e pelas posições de confronto com a politicagem local; e o professor e jornalista Carlos Bento, que foi afastado da imprensa, vivendo apenas do ensino particular, devido aos inúmeros inimigos conquistados, tanto entre liberais, como entre os conservadores, nas “extremadas lutas partidárias”. Cf. MORAES, J. N. *Vencidos e degenerados*. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000. p. 74.

³⁰ MORAES. *Vencidos e degenerados...* op. cit., p. 77.

sapateiro o teria levado à reprodução da mesma vida de pobreza se, à custa do esforço do seu pai,³¹ não tivesse recebido uma boa escolarização primária. Todo o seu primário foi cursado em casas particulares, já que as escolas públicas eram escassas no período. Cursou o ensino secundário no Liceu Maranhense, a mais conceituada escola que o Maranhão possuía. Entende-se que o professor Nascimento Moraes compreendia a grande importância da educação como instrumento contrário à predestinação da pobreza. Sua história de vida deu as cores e configurou o tipo de intelectual engajado que se tornou, assumindo a posição de contestador, principalmente nos primeiros trinta anos do século XX.

A escola primária maranhense como objeto das análises de Nascimento Moraes

A modernização da escola primária é uma marca do início do período republicano, quando a educação escolar foi concebida como “o principal pilar de sustentação do regime político”.³² A modernização apregoada neste contexto referia-se ao emprego de uma política educacional que deveria incluir desde a substituição das práticas de ensino individuais por métodos que tomavam a criança como o centro do processo de conhecimento, favorecendo atividades práticas e a utilização de recursos de ensino voltados para o estímulo dos sentidos, até a arquitetura dos prédios escolares; os quais deveriam seguir padrões adequados para aprendizagem.³³

A Escola Modelo do Maranhão foi a primeira instituição organizada nos preceitos da modernização escolar. Apesar de criada em 1896, só foi instalada em 1900 visando servir de espaço para o exercício das normalistas; as quais deveriam aprender na prática o emprego de inovações metodológicas voltadas para o estímulo da espontaneidade infantil.³⁴

Seguindo o modelo de ensino com o qual se estabeleceu a Escola Modelo, foram criados no Maranhão, a partir de 1903, escolas públicas primárias denominadas Grupos

³¹ Nascimento Moraes fez todo o ensino primário no Maranhão, contando com recursos do seu pai, a quem descreve como “obscuro operário, que se multiplicara no trabalho, pela educação de dois filhos”. Cf. *O Imparcial*, 24 jun. 1939, p.1.

³² VALDEMARIN, V. T.; ROCHA, H. H. P. Método de ensino e renovação educacional na produção em história da educação. In: SOUSA, R. F. de; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. de P. C. L. *História da escola primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional*. Aracajú: EDISE, 2015. p. 331.

³³ VALDEMARIN, V. T.; TEIVE, G. M. G.; HAMDAN, J. C.; Modernidade metodológica e pedagógica: apropriações do método de ensino intuitivo nas reformas da instrução pública de Mina Gerais Santa Catarina e São Paulo (1906-1920). In: SOUZA, R. S.; SILVA, V. L. G. da; SÁ, E. F. (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2013.

³⁴ SALDANHA, L. M. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana*. Imperatriz: Ética, 2008.

Escolares.³⁵ Contudo, as mudanças no cenário da educação pública propagadas no início da República não apresentaram os resultados prometidos, temática que será objeto da análise de Nascimento Moraes, em 1941.

No artigo “O interventor Paulo Ramos e as nossas escolas primárias”, Nascimento Moraes fez uma recapitulação histórica sobre a modernização da escola primária no Maranhão, destacando o papel de Benedito Leite e de Barbosa de Godóes³⁶ que, além da reforma do ensino, “aparelharam, então, prédios escolares que correspondiam aos preceitos pedagógicos em vigor”,³⁷ sendo alguns prédios velhos adaptados. Ele descreveu a escola maranhense desse período da seguinte forma:

As escolas apresentavam um ar de alegria. Muito espaço, muito ar, muita luz. Carteiras novas, aparelhamentos modernos: contadores mecânicos, dados para cálculos, guardados em caixas elegantes. Mapas murais para o ensino de Geografia. Cartas em álbuns para o ensino de História Pátrica. Aparelhos de física experimental para o ensino objetivo, mapas murais para o ensino de Zoologia e Botânica, etc.³⁸

Acrescentava ainda que, pela primeira vez, o Maranhão viu escolas primárias perfeitamente organizadas, e que:

[...] essas escolas eram para filhos de pobres! Para os filhos de lavadeiras, de peixeiras, de carregadores, de carroceiros. Eram para os filhos de operários e artesãos. E as crianças tinham vigilantes! E tinha mãos suaves e carinhosas para lhe amenizar os ímpetos da índole e lhes sopitar os imprevistos dos gestores, à falta de educação doméstica.

[...] filhos dos pobres misturados com os filhos dos ricos, filhos dos grandes e os filhos dos pequenos sentados nas mesmas.³⁹

Nascimento Moraes informava também que as escolas particulares perderam prestígio e que a elite tentou fazer com que essas escolas públicas fossem exclusivas para seus

³⁵ No que diz respeito ao aspecto temporal, o Maranhão iniciou o processo de implantação de grupos escolares em período próximo aos pioneiros no assunto. À frente do Maranhão foram implantados grupos escolares apenas em São Paulo (1894), Rio de Janeiro (1897) e Pará (1899). No ano de 1903, concomitantemente ao Maranhão, também foram instalados grupos escolares no Paraná. Cf. SOUZA, Rosa Fátima de; ARAÚJO, José Carlos. *A institucionalização dos grupos escolares no Brasil (1889-1930): notas sobre um percurso de investigação comparada em âmbito nacional*. Resumo expandido da Comunicação coordenada apresentada no VII Encontro Luso Brasileiro em História da Educação, São Luís, 2010.

³⁶ Benedito Leite e Barbosa de Godóes foram considerados os principais reformadores da educação primária do Maranhão no início da República. Benedito Leite dominou a política do Estado por 15 anos, como líder do partido Federalista. Cf. MEIRELES, op. cit.; Segundo Licar “No início do século XX, Godóis participou e integrou-se ao projeto de modernização da educação maranhense idealizado por Benedito Leite. Foi Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife [...]. Também atuou como procurador da Justiça Federal e jornalista, mas foi como educador que seu nome ficou imortalizado”. Cf. LICAR, A. C. N. C. Os mestres e a escola: relações de poder no campo educacional maranhense. *Outros tempos (on line)*, v. 8, n. 11, p. 4, 2011.

³⁷ MORAES, N. MORAES, N. O interventor Paulo Ramos e as nossas escolas primárias. *Diário Oficial*, 18 de março de 1941, p. 1.

³⁸ *Ibid.*, p. 1.

³⁹ *Ibid.*

filhos, o que foi rejeitado pelo reformador. Ele continuou a história informando que os governos posteriores não contribuíram para continuação dessa modernização, afirmando que “[...] desapareceram as escolas. Perderam grande parte do que haviam adquirido [...]”, e a Escola Modelo passou a funcionar como um grupo escolar. Relatou que, em visita à escola Modelo Benedito Leite, sentiu-se “[...] nos escombros de uma devastação”.⁴⁰

Após a recapitulação histórica sobre a educação maranhense, Nascimento Moraes exaltou as ações do interventor Paulo Ramos, como o continuador da modernização da escola primária maranhense que havia sido iniciada nos primeiros anos do século XX. Destacou as ações do governo Paulo Ramos, alegando que este se voltou para a escola primária, aparelhando com mobiliário, quadros murais, globos terrestres, colocando as escolas em prédios limpos, espaçosos, claros e de fisionomia agradável. Para ele, o governo estava mudando ao investir na escola pública, inclusive adquirindo prédios para transformar em grupos escolares de construção moderna e construindo prédios que satisfazem as “exigências da pedagogia moderna”.⁴¹

Do período retratado pelo autor até os anos de 1940, o que se identifica na história da educação maranhense é a permanência de um estado de precariedade do sistema de ensino, além da coexistência de modelos escolares diferentes, direcionados a abarcar de forma dualista crianças de origem diferentes. É possível visualizar dois extremos entre os modelos escolares vigentes no período da primeira metade do século XX. O primeiro modelo era o da escola isolada, escola de um só mestre, que vigorou durante todo o século XIX. Funcionou com o uso do método individual, no qual o professor acompanhava as lições de cada criança individualmente, com prejuízo da aprendizagem e do uso do tempo escolar.⁴² Essa escola foi a mais difundida entre as regiões mais pobres do Brasil, a exemplo do Maranhão, sendo a mais comum na zona rural.

O segundo modelo escolar foi o da escola graduada, que, representando a modernização do ensino, materializou-se nos Grupos Escolares a partir do final do século XIX. Grupos Escolares foram pensados para funcionar com turmas seriadas fundamentadas na classificação dos alunos por idade e nível de conhecimento”.⁴³ Cada série do grupo era responsabilidade de uma professora diplomada no Curso Normal, a qual deveria ser qualificada nas mais modernas pedagogias.

⁴⁰ MORAES. *O interventor Paulo Ramos...* op. cit., p. 1.

⁴¹ *Ibid.*, p. 1.

⁴² FARIA FILHO, L. M. de. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

⁴³ SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e pesquisa*, v. 25, n. 2, p. 114, jul. 1999.

Na realidade precária da educação maranhense, o que ocorreu foi o predomínio de escolas isoladas, seguido de uma quantidade limitada de grupos escolares,⁴⁴ além da permanência de práticas de ensino alheias à modernização. Mesmo no governo de Paulo Ramos, o qual desfrutou de um período de significativo crescimento dos indicadores relativos à instrução pública,⁴⁵ dados oficiais demonstram um contexto de reduzido acesso ao ensino público e compatível reprodução do analfabetismo. No início do governo de Paulo Ramos (1936), o Maranhão possuía uma população de 1.235.157 habitantes mal distribuídos no território extenso de 346.217 km², que se dividia em 65 municípios. Em 1939, a escola pública maranhense atingia o número de 635, sendo 229 mantidas pelo Estado.⁴⁶ Segundo dados do censo de 1940, quando a população atingiu a cifra de 1.235.169, apenas 23,7% encontravam-se na condição de alfabetizados, dentre os maranhenses com idade acima de 18 anos.⁴⁷

No mês de abril de 1941, Nascimento Moraes publicou uma sequência de artigos discutindo o baixo rendimento da escola primária brasileira, após a divulgação dos dados do IBGE que revelaram alto índice de reprovação escolar e de evasão, com demasiada desproporção entre matrícula inicial e frequência. Nos textos publicados no *Diário Oficial*, ele apontava como principal causa do baixo rendimento escolar a pobreza das famílias, que

⁴⁴ Dados reunidos pela diretoria da Instrução Pública, acerca de 44 municípios dos quais dispunha de informações referentes ao ano de 1942, indicam que nesse conjunto de municípios contabilizava-se a existência de 28 grupos escolares no Maranhão, sendo destes, 12 localizados na capital e 16 em 14 municípios. Do universo de 44 municípios apresentados, 29 deles não possuíam nenhum grupo escolar, estando, portanto, desprovidos da escola colocada como o padrão ideal de qualidade no Maranhão, desde o início do século XX. Bom lembrar que se compararmos esses dados com o universo real de número de municípios do Maranhão no período, a disparidade torna-se ainda maior. Nessa época, o Maranhão possuía 65 municípios, o que indica ausência desse tipo escolar na grande maioria do Estado. Do total de municípios que possuíam grupos escolares (15, excluindo a capital), apenas Caxias possuía 2 grupos escolares, enquanto os demais (14 restantes) possuíam apenas 1 grupo por município. Cf. MARANHÃO, Governo do estado do. *Relatório Geral da Instrução Pública do Estado do Maranhão*. São Luís, 1943.

⁴⁵ Medidas voltadas para organização do sistema, efetivadas desde o início do Governo de Paulo Ramos, permitiram não só o crescimento da matrícula, como também o aumento da frequência que havia sofrido decréscimo, conforme fica evidenciado no Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, no ano de 1939. Apesar de ser identificada, a partir de 1939, uma fase de desenvolvimento no campo da instrução pública, com a recuperação de índices educacionais que vinham em queda desde 1932, observa-se que essa foi uma característica que não se manteve por muito tempo. Entre 1940 e 1945, a comparação da estatística denunciava uma segunda fase de decréscimo nos índices referentes ao número de matrícula, de escolas e de professores primários no Maranhão. Cf. CRUZ, M. dos S. *Ampliação e modernização do sistema de ensino primário no interior do Maranhão*. Resumo expandido da comunicação individual apresentada no VIII Encontro Brasileiro em História da Educação, Cuiabá, 2013.

⁴⁶ MARANHÃO, Governo do Estado. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, interventor federal do Maranhão, São Luís: Imprensa Oficial, 1940.

⁴⁷ IBGE. População presente no Brasil e das unidades da federação, segundo vários aspectos: Alfabetização da população de 18 anos ou mais. Anuário Estatístico do Brasil, 1940, p. 28. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas>> Acesso em: 16 jun. 2014.

desencadeava outros problemas como: impossibilidade de adquirir material escolar, uniforme, calçados, ausência de conhecimentos para auxiliar as crianças nos deveres de casa e falta de compromisso em encaminhar os filhos para escola, ocupando-os com atividades domésticas.

Além da pobreza, ele aproveitava para demonstrar que a escola colaborava também para a pouca frequência, evasão e baixo rendimento escolar. As exigências dos professores pelo porte dos livros, cadernos, lápis e uniforme, levavam muitos pais a não enviarem seus filhos após a matrícula; ou, quando muito, a proverem materialmente as crianças no início do ano, sem renovação do material no segundo semestre. Segundo o professor Nascimento Moraes, o material escolar entregue às crianças no início do ano não resistia até o final, sendo deteriorado pelo uso descuidado das crianças afeitas às correrias pelas ruas. Os pais, na impossibilidade da reposição por falta de condição, optavam por deixar de enviá-las à escola, provocando o que ele chamava de “despovoamento crescente da criança da escola primária” ou “fuga da criança”. Ele acusava também o horário “regimental da escola”, incompatível com a realidade das crianças que, muitas vezes, absorvidas em afazeres domésticos, como ir ao mercado antes de ir às aulas, eram obrigadas pelos pais, mesmo atrasadas, a seguirem para a escola. Como sabiam que a professora não abriria mão da assiduidade, optavam por perambular pelas ruas e praças junto a outros, em igual situação. A falta de horário para alimentação em casa também dificultava o cumprimento do horário escolar, uma vez que não poderiam ir à escola sem se alimentar.⁴⁸

Para o professor Nascimento Moraes, outra questão que contribuía para a baixa produtividade da escola primária era de ordem pedagógica, relativa ao pouco domínio metodológico pelos professores, carência de aparelhamento adequado para o bom funcionamento da escola e, por último, o rigor na aplicação dos testes, causadores de altos índices de reprovação. O último aspecto ele discute em dois artigos no *Diário Oficial* de 3 e 5 de abril de 1941.

O tema do pouco domínio pedagógico pelos professores, acusado por Nascimento Moraes, era de fato uma realidade no Maranhão, já que até aquele período (1941) o Estado possuía um número de escolas de formação de professores muito aquém das suas necessidades. Dentro do projeto de melhorar a educação, Paulo Ramos realizou a reorganização do curso de formação docente com a criação do Instituto de Educação, pelo decreto Lei n.º 186, de 1938. Pelo mesmo decreto ficaram extintas as Escolas Normais, de

⁴⁸ MORAES, N. Ainda a criança. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 77, 2 abr. 1941; Id. Novo campo de observação. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 78, 3 abr. 1941; Id. Mais uma vez a criança. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 80, 5 abr. 1941.

São Luís e de Caxias, até então únicas escolas públicas que existiam no Estado voltadas para a qualificação dos docentes. Sendo assim, o Instituto de Educação passou a abranger a escola primária, com dois cursos (pré-primário e primário), que representavam a escola de aplicação; uma Escola Secundária, compreendendo os cursos fundamental e complementar, e a Escola do professor Primário, localizadas apenas na capital do Maranhão.

Teoricamente, Paulo Ramos estava realizando medidas inovadoras no sistema de ensino quando estruturou a formação docente ao modelo do Rio de Janeiro, com a criação do Instituto de Educação. Contudo, as vantagens com as mudanças realizadas beneficiavam, principalmente, São Luís, onde se concentravam tanto o Instituto de Educação quanto outras escolas Normais particulares que ali se mantinham. Com a inexistência de formação de professores fora da capital, o quadro de docentes constituía-se majoritariamente por professoras leigas, em grande parte contratadas pelos municípios.⁴⁹

Outra preocupação de Nascimento Moraes era com a reprovação nas séries da escola graduada, que contribuía para a baixa de alunos nas séries mais adiantadas, ou porque os pais se recusavam a novas despesas com a mesma série ou porque os alunos se viam desestimulados em repetir o ano. Para ele, os testes deviam ser tomados como uma das causas para a reprovação, pois exigia que as crianças fossem exercitadas para realizarem coisas com as quais tinham contato muito limitado, não satisfazendo a necessidade. Alegava que pedagogos do Sul já vinham apresentando críticas quanto ao uso dos testes para verificação de aprendizagem, quando deviam ser usados como um processo adiantado para o desenvolvimento da atividade mental da criança. Para ele, a decadência da escola primária iniciou-se com a aplicação de testes, os quais têm sido usados para reprovação, “quando há casos que as crianças são avaliadas por outros processos e conseguem a aprovação”.⁵⁰

A escola primária maranhense e sua diversificação de tipos: o caso da “escola dos pés descalços” e a promessa de inclusão

A escola primária brasileira da primeira metade do século XX recebeu muitas nomenclaturas indicando que jamais, apesar da forte influência do período para modernização

⁴⁹ CRUZ, M. S. *Escola para os “pés descalços”*: estudo histórico sobre a inclusão escolar de pobres efetivada no Maranhão durante o governo de Getúlio Vargas. Araraquara: UNESP (Relatório de Pós-Doutorado, supervisão da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza), 2014.

⁵⁰ MORAES. *Mais uma vez a criança...* op. cit., p. 2.

do ensino, inspirada no movimento da Escola Nova, pode-se considerá-la a “escola única”⁵¹ defendida pelos pioneiros da educação. Pelo contrário, o sistema primário de ensino brasileiro esteve mais para um sistema múltiplo, composto por diversos tipos de escolas, direcionado a setores diferenciados da sociedade.⁵²

Com a escassez de escola pública, as crianças mais pobres eram as que tinham maior dificuldade de acessar o espaço escolar. No estado do Maranhão foi criado um tipo escolar exclusivo para as crianças que não possuíam os meios materiais para se manter na escola, as quais foram chamadas de “escolas dos pés descalços”.

As “escolas dos pés descalços”, também denominadas escolas para crianças pobres, foram criadas pelo Decreto-lei n.º 27, de 21 de janeiro de 1938, para funcionar no modelo isolado, aceitando tanto alunos do sexo masculino quanto do feminino (mistas), especialmente voltadas para o atendimento daqueles que não possuíam nem as vestimentas, nem os calçados adequados para frequentar as aulas.

A justificativa usada no texto do Decreto-lei n.º 27/1938, que criou as escolas para “os pés descalços”, revela que as exigências de que as crianças se apresentassem bem trajadas dificultavam aos pobres o acesso e a frequência na escola pública primária. Tais crianças, pela carência financeira, não tinham possibilidade de se apresentar bem vestidas e bem calçadas. Nessas escolas, seriam fornecidos os recursos didáticos e utensílios necessários para o funcionamento, incluindo livros didáticos e materiais dos alunos.⁵³

No Regulamento para o Ensino Primário do Estado do Maranhão, de 1932, que ficou em vigência até 1946, estava determinado que a obrigatoriedade ficava sem efeito para os alunos que morassem além de dois quilômetros da escola, os que não encontrassem vagas nas escolas próximas, os que padecessem de doenças contagiosas, os portadores de deficiências e os indigentes, para os quais não fossem fornecidos vestuários adequados⁵⁴. Nesse sentido, o Estado não era obrigado a ofertar a todos a escola primária. A obrigatoriedade para as crianças que não tinham condições de se manter materialmente no espaço escolar, a quem o documento nomeou como “indigentes”, só deveria ser considerada caso o governo se dispusesse a fornecer as condições para a frequência escolar.

⁵¹ Educação pública como dever do Estado, para todos independentemente da classe social ou do gênero, com qualidade tanto o quanto das escolas particulares. Cf. MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA, op. cit.

⁵² CRUZ. *Ampliação e modernização...* op. cit.

⁵³ MARANHÃO. Estado do. Coleção de Leis, Decretos-leis e Decretos de Janeiro a junho de 1938. Maranhão: Imprensa Oficial, 1939.

⁵⁴ Cf. Regulamento para o Ensino Primário do Estado do Maranhão, decreto n.º 252, de 1932. In: MARANHÃO, Estado do. *Diário Oficial*. São Luís: Imprensa Oficial, n. 49, 02 de março de 1932.

As três primeiras “escolas dos pés descalços” localizavam-se em bairros periféricos da ilha de São Luís, com nomes de maranhenses de origem humilde que se tornaram reconhecidos profissionalmente, por méritos próprios, conforme segue: uma no João Paulo, em homenagem a Hemetério dos Santos; outra no Codozinho, em homenagem a Belarmino de Mattos; e outra na Vila do Paço, em Mercês, com o nome Escola José Eulálio.⁵⁵

Em 29 de dezembro 1937, na coluna “Prosa incondicional”, no jornal *Imparcial*, usando o pseudônimo Sussuarana, Nascimento Moraes publicou o artigo que motivou o governo a criar a escola “de pés descalços”. Nesse artigo, ele analisou a situação da educação pública maranhense, denunciando o insucesso das escolas isoladas e dos grupos escolares no interior, sugerindo que para essa região fossem criados internatos e escolas ambulantes, e para a capital, escolas para crianças descalças.

Segundo Nascimento Moraes, no interior, a primeira dificuldade era a falta de cumprimento de horários pelas crianças, que chegavam nas escolas em vários momentos diferentes durante o expediente da professora. Outra dificuldade consistia na falta de materiais escolares (livro, cadernos, borrachas, lápis, caixa para desenho) devido à carência financeira dos pais que “são criaturas paupérrimas, sem ambições, sem atividade e que só não morrem de fome, porque há peixes nos rios e caça nas matas”.⁵⁶ A falta do livro solicitado pela professora dificultava o ensino simultâneo característico das escolas graduadas, obrigando a escola a funcionar com o método de ensino individual. Nas palavras do autor:

Resulta dessa falta de aparelhamento que a professora não pode fazer o ensino coletivo. É obrigada a fazê-lo individual. Com a lição de leitura, por exemplo, ela gasta o tempo. Cada aluno dá lição no seu livro. O aluno A tem um exemplar de Maria Guilhermina, em que estudou o avô. O aluno B empunha um Hilário de Ribeiro, que, há muitos anos atrás, ganhou o campeonato dos livros de leitura. O aluno C exhibe um Felisberto de Carvalho, livro de fama, por onde duas gerações de crianças aprenderam a ler. Reduzido número de alunos consegue o livro pedido pela professora. Que fazer? Toma a lição de A, depois a de B, depois a de C, e depois a do grupinho. E em muitas localidades, não se pode socorrer do quadro negro porque este não existe.⁵⁷

O que tornou oficialmente Nascimento Moraes como inspirador da escola dos pés descalços, algo muitas vezes repetido em discursos, exposições e artigos, foi a parte da matéria do jornal em que ele se referia à capital, conforme descrita abaixo:

Si eu fosse estadista criaria, aqui na capital, escolas “para as crianças descalças”.

⁵⁵ Hemetério dos Santos era negro, filólogo e foi professor da Escola Pedro II; Belarmino de Mattos foi um dos principais tipógrafos do Maranhão durante o século XIX; e José Eulálio foi Militar e autor de um Curso de Matemática Elementar e Superior reconhecido no Brasil e na França.

⁵⁶ SUSSUARANA. Prosa incondicional. *Imparcial*, 29 dez. 1937, p. 1.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 1.

São Luiz não pode passar sem escolas deste tipo. Os nossos grupos escolares, as nossas escolas agrupadas e insuladas, não comportam crianças descalças. Estas sentem-se humilhadas em presença das crianças calçadas e bem vestidas.

Esses rapazinhos e rapazinhos que enchem as praças e as ruas de S. Luís, gritando, assoviando, “intecendo” com os transeuntes precisam de escolas do tipo dos “Educandos Artífices”, a maior obra política do Dr. Nilo Peçanha.

Essas escolas para as crianças descalças foram criadas aqui, pelo poeta Souzaândrade, e deram excelentes resultados [...].⁵⁸

Para Nascimento Moraes, a escola dos pés descalços deveria favorecer a criança pobre, que passava seu tempo correndo nas ruas e mexendo com as pessoas, denominada por ele como “moleque”. Essa criança retratada pelo autor quando defendia a criação das escolas dos pés descalços foi objeto de outros escritos dele. Em *Vencidos e Degenerados*, afirma que “o moleque é uma instituição nesta terra”, caracterizando-o como aquele que:

[...] faz festa e desmancha prazeres. Apupa os transeuntes, populariza-o, dando alcunhas ridículas, ataca com valentia as cenas grotescas de nossa sociedade, em todas as partes ele está com os seus inúmeros recursos, nota à vista do escândalo promovendo a palhaçada.⁵⁹

“O moleque” também consta em *Vencidos e Degenerados* como um tema de reflexão da personagem principal da obra, Claudio Olivier. Ao refletir sobre o tema “moleque”, Cláudio Olivier resolveu que ia escrever uma “crônica soberba” para sair no jornal em que colaborava. De fato, o mesmo ocorreu com o próprio Nascimento Moraes logo no início da sua carreira. Em 1902, ele publicou um conto denominado “O Moleque”, na primeira página do jornal *A Campanha*, um impresso que abominava o poder político do partido da situação.

Essa crônica lhe rendeu a demissão do cargo de colaborador da intendência municipal. No conto, o autor relatava o clima festivo vivido pela cidade com a chegada de um chefe político à sua terra natal, em meio a aplausos, bandeirinhas, banquetes e discursos. Quando se iniciou o principal discurso da noite, em meio ao barulho produzido pela multidão que acompanhava entusiasmada a fala do líder, o discurso foi interrompido pelo grito de um “negrinho seco” que disse: “Cala a boca, farofa! Eh! Cavalgadura!”. Tal frase teria deixado o ilustre orador boquiaberto, e embora os soldados tenham tentado prender o moleque, não o encontraram.⁶⁰

A punição foi consequência da alusão entre Benedito Leite, o chefe do partido Federalista, com o “eminente estadista que do Rio nos comunica para serem obedecidos, as

⁵⁸ SUSSUARANA. *Prosa incondicional...* op. cit., p. 1.

⁵⁹ MORAES. *Vencidos e degenerados...* op. cit., p. 251-252.

⁶⁰ *A Campanha*, 6 maio, 1902, p. 1-2

suas vontades e os seus caprichos”, retratado no conto de Nascimento Moraes⁶¹. Benedito Leite, apesar de ter assumido o governo estadual apenas de 1906 a 1908, interrompendo o mandato por morte, era quem de fato, por 15 anos, “ditava a política do Estado”.⁶²

Segundo Paulo Ramos, o objetivo dessas escolas seria a “redução da ignorância popular que sobretudo no norte do país atinge a proporções impressionantes”. A legenda era a “rápida alfabetização”, contemplando “ler, escrever, contar e o ensino profissional também sumário”, conforme entrevista cedida ao *Diário da Manhã de Recife*, publicada pelo *Imparcial*.⁶³ Um ano depois da criação das três escolas dos “pés descalços” nos bairros de São Luís, uma quarta escola desse tipo foi criada em homenagem ao professor José do Nascimento Moraes. Sendo chamada de “Escola Professor Nascimento Moraes”, criada pelo Decreto n.º 229, de 16 de março de 1939, esta escola deveria funcionar no bairro do Caju, também na periferia de São Luís.

No texto do decreto-lei que criou as primeiras escolas para os pés descalços, o interventor Paulo Ramos alegava que era dever do Estado, segundo preceitos constitucionais, o ensino primário obrigatório e gratuito, sendo dever da Nação, Estados e Municípios “assegurar à infância e à juventude a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, a possibilidade de recebê-la, em instituições públicas de ensino, adequadas às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais”.⁶⁴

A quarta escola “de pés descalços”, que homenageou o professor catedrático de Geografia do Liceu, enquadrava-se no mesmo critério estabelecido para escolha dos homenageados anteriormente. Tratava-se de um maranhense de origem social humilde com destacado esforço nos estudos, com a única diferença dos demais homenageados, o fato de que ainda estava vivo.

Além de ficar expresso no texto do decreto que as escolas para crianças descalças “foi inspirada, em parte, pela ação, na imprensa, do professor maranhense José Nascimento Moraes, em favor dos menores pobres”, acrescenta-se que esse professor:

[...] desde a sua juventude, vem exercendo o magistério e o jornalismo, na sua terra natal, colaborando com eficiência na formação intelectual das novas gerações, quer como catedrático do Liceu Maranhense e de outros estabelecimentos de ensino, quer como jornalista profissional e escritor já consagrado com a láurea da Academia Maranhense de Letras;

⁶¹ *Pacotilha*, 12 maio 1902, p.2.

⁶² MEIRELES, M. M. Op. cit., p. 286.

⁶³ *Imparcial*, 10 maio 1938, p. 1.

⁶⁴ MARANHÃO, Governo do Estado do. Coleção de Leis, Decretos-leis e Decretos de Janeiro a junho de 1938. Maranhão: Imprensa Oficial, 1939, p. 26.

Considerando que, como os demais patronos das escolas para crianças descalças, o referido professor Nascimento Morais faz jus a essa homenagem aos seus serviços, prestados, através de quarenta anos de laboriosa atividade, ao professorado e à imprensa do Maranhão.⁶⁵

Naquele período, além de ocorrer a escassez de escolas primárias, outro elemento que dificultava o acesso da população pobre ao ensino público era o fato de que a maior parte das instituições localizava-se em locais urbanos e centrais, onde se encontravam as pessoas de maior poder aquisitivo. Embora vigorasse o pensamento de que por meio da educação escolar conquistar-se-ia a elevação cultural do povo e o desenvolvimento ou progresso nacional; na prática, em tão pouca quantidade, a escola ainda funcionava como uma instituição que escolhia e excluía. A aparência de pobre é o que estava sendo combatida no espaço escolar. Imperava o reforço das diferenças pelo poder de vestir as melhores roupas e calçados como modo de alcançar distinções, ser bem visto e aceito. Em contrapartida, aquele que nem sequer tinha condições de se apresentar à escola com os pés protegidos pelos calçados, ao acessar a instituição tornava-se um potencial candidato à evasão, pois o próprio grupo de alunos não o aceitava como um membro efetivo.

No editorial da *Pacotilha* de 22 de janeiro de 1938, a iniciativa de Paulo Ramos, com a criação das escolas populares é exaltada, e a pobreza vivida pelas crianças maranhenses é descrita mais uma vez, acompanhada da crítica da exclusão dos pobres do direito ao ensino público, pela falta de condições materiais, por não possuírem roupas ou calçados. O texto do jornal demonstrava que vigorava uma relação excludente que relacionava riqueza ao direito de escolarização, conforme transcrito abaixo:

Bem sabemos que é muito inferior o 'standard' de vida das nossas populações proletárias, em que a falta de meios pecuniários não permite o preparo conveniente das crianças para a frequência de escolas onde se exige a etiqueta, os sapatos envernizados ou as fardas 'à dernier cri'.

Não se compreende, todavia que, por tais circunstâncias imperativas, as populações infantis pobres dos nossos subúrbios e interiores abandonados fiquem analfabetas simplesmente porque não tiveram a ventura de nascer ricos.⁶⁶

O condicionamento da frequência escolar à utilização da indumentária na última moda, por certo estava relacionado a uma atmosfera bastante conhecida no Maranhão, desde o período imperial. Tratava-se do estilo de vida de uma classe de origem abastada e ociosa que vivia de aparência e primava pela absorção dos padrões europeus (sobretudo franceses) que usava a roupa como meio de se diferenciar no espaço escolar, ostentando a opulência que o Maranhão não possuía mais. Tratava-se de um costume herdado da velha sociedade francesa

⁶⁵ *Diário Oficial*, 18 mar. 1939, p. 1.

⁶⁶ *Pacotilha*, 22 jan. 1938, p.1.

do “antigo regime” e que fez adeptos em todo o mundo, no qual a posição social determinava o comportamento e o consumo de cada um, sendo a roupa um símbolo de poder e *status*, um meio de produzir e estabelecer distinções sociais. Conforme explicado por Roche, em seu estudo sobre a história da indumentária: “As roupas se transformaram em armas na batalha das aparências. Elas eram usadas para erguer uma barreira, para eliminar a pressão dos imitadores e seguidores, os quais era preciso manter a distância [...]”⁶⁷

O desejo de ser distinguido dos simples e identificado com os que tinham alto poder aquisitivo não deixou de fazer parte também da sociedade maranhense conservadora do início do século XX, quando a capital recebia as camadas agrárias empobrecidas tentando acompanhar o processo de urbanização do período. A escola, por seu turno, tão escassa para a demanda existente, será utilizada como mais um meio de distinção. Quem poderia de fato desfrutar do privilégio do conhecimento, senão, principalmente, aquele que pelo menos pudesse garantir a sua provisão material nesse espaço, incluindo aí as boas roupas e os bons calçados?

Durante a inauguração da escola Belarmino de Mattos, além de discursarem o interventor federal do Maranhão, Paulo Ramos, o diretor Geral da Instrução Pública, João Mattos, e a professora da escola Maria Raimunda Ribeiro, também foi solicitado o discurso do professor Nascimento Moraes, o qual foi publicado pelo *Imparcial* de 12 de maio de 1938. No discurso, Nascimento Moraes atribui a iniciativa do interventor Paulo Ramos a uma ação fundamentada na Pedagogia Social, adaptada pelos sociólogos norte-americanos, defendida pela Escola Nova. Segundo ele:

O que o eminente maranhense está fazendo à socialização da escola. O que ele está tecendo com a escola dos pés descalços é a justaposição da escola com o meio social. O que ele está orientando é a vida das classes pela vida da escola. O que ele quer é fazer da escola o elemento diretor dos núcleos das populações que vivem, pelas crianças em torno da escola. O que ele pretende, criando a escola dos pés descalços é conseguir que as lições do professor se transmitam, não dos pais aos filhos, mas dos filhos aos pais! O que ele quer é que os filhos arrastem os pais para dentro da escola, vivam na escola recebendo a influência salutar dos ensinamentos que lhes faltam, para que se sintam obrigados a gastar com os filhos as suas economias, para que compreendam que devem ajudar o governo na educação dessas crianças pobres que vivem sem higiene, sem moral, sem conforto, sujeitas a todas intempéries porque os pais, ignorando tudo, não fazem o menor esforço no sentido de lhes dar uma vida sadia, alimentação sadia e o prumo da dignidade humana que é preciso inculcar-lhe no espírito. Sem a socialização é perdido, é inútil todo o trabalho educacional do professor! [...]. Como educar uma criança, se ela dentro da casa paterna não encontra os bons exemplos, não respira um ambiente propício ao seu desenvolvimento? [...]. É preciso que se estabeleça o intercâmbio mental entre o professor e a escola, que, amiúde se

⁶⁷ ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária* (Séc. XVII–XVIII). São Paulo: Ed. SENAC, 2007. p. 22.

devem entender! É por isso que abrir a escola aos pés descalços, é quase paradoxalmente acabar com os pés descalços!⁶⁸

O pensamento de Nascimento voltava-se para a socialização por meio da escolarização, entendendo que o papel educativo da escola cumprir-se-ia quando atingisse não só os alunos, mas também os pais. Era um defensor dos princípios da Escola Nova, embora não parecesse afinado com os princípios da escola democrática e única, como uma responsabilidade do Estado.

Considerações Finais

Em geral, observa-se que os textos de conteúdo pedagógico escritos por Nascimento Moraes apresentam conteúdo de crítica da escola tradicional e a defesa da modernização pedagógica proposta pelos pioneiros da Escola Nova. Acrescenta a tudo isso a crítica da desigualdade de acesso das crianças pobres e o reconhecimento histórico do descaso de governos em oferecer as condições necessárias para estimular a matrícula e a frequência das crianças que possuíam uma realidade difícil e pouco favorável à permanência na escola. Situação que servia para a reprodução das desigualdades sociais.

A preocupação com a educação dos mais humildes, sobretudo, daqueles que haviam sofrido com as consequências da escravidão, foi uma constante nos textos e discursos de Nascimento Moraes publicados na imprensa. Ele foi incansável em criticar o atraso político, cultural e econômico do Maranhão. Para o autor, a educação dos pobres tinha o papel de romper com as conservadoras relações sociais vigentes.

⁶⁸ *Imparcial*, 12 maio 1938, p. 5.